

Nas “entrelinhas” da história: sensibilidade e exclusão em narrativas da loucura

“Between the lines of history”: sensitivity and exclusion in narratives on madness

Nádia Maria Weber Santos¹

nmws@terra.com.br

Resumo. Este artigo apresenta e discute, sucintamente, a legitimidade da busca de sensibilidades de um tempo passado em fontes literárias, neste caso, evidenciadas em narrativas da loucura. O louco conta sua história, expressa sua sensibilidade sobre a doença, sobre o meio que o abriga e exclui e sobre o mundo em que vive. Três obras literárias que versam sobre loucura e internação em hospício exemplificam estas questões.

Palavras-chave: sensibilidade, história cultural, loucura, exclusão social, instituição psiquiátrica, narrativas literárias.

Abstract. This article briefly discusses the legitimacy of search for sensitivities of a past time in literary sources – in this case, in narratives on madness. The mad persons themselves tell us their stories, expresses their sensitivity about their illness, about the environment that involves and excludes them and about the world where they live in. Three literary works about madness and admission in psychiatric hospitals illustrate these issues.

Key words: sensitivity, cultural history, madness, social exclusion, psychiatric hospitals, literary narrative.

¹ Médica, Psiquiatra, Doutora em História pela UFRGS. Professora do curso de pós-graduação/especialização em Arteterapia da FEEVALE, RS, Brasil.

Os loucos são as vítimas individuais por excelência da ditadura social; em nome dessa individualidade intrínseca ao homem, exigimos que sejam soltos esses encarcerados da sensibilidade, pois não está ao alcance das leis prender todos os homens que pensam e agem.

Antonin Artaud,
Carta aos médicos-chefes dos manicômios

A análise das sensibilidades é um dos elementos centrais da História Cultural, implicando a percepção e tradução da experiência humana no mundo, através de práticas sociais, discursos, imagens e materialidades, tais como espaços e objetos construídos. Trabalha-se, assim,

com a tradução do sensível, como uma forma de conhecimento do mundo – imaginário social, subjetividade, emoções, sentimentos... Nas representações e sensibilidades encontradas nos objetos do sensível, nas marcas objetivas deste sensível, busca-se o sentido do passado, aquele que fica “nas entrelinhas”, se assim podemos dizer, dos grandes acontecimentos...

Estes “objetos do sensível” têm sua materialidade em textos (literatura, história, memória), imagens (pintura, cinema, fotografia), espaço (paisagem, arquitetura), práticas sociais (comportamento e valor).

A “eterna” e arquetípica busca do sentido da História e de seus fatos, a partir de fragmentos ou “cacos” do passado, legitima a diversificação de fontes e

métodos do historiador contemporâneo. Certamente esta possibilidade está calcada em uma *Weltanschauung*, uma “cosmovisão”, que, perceptivelmente, se instala em nosso mundo. Após tanto tempo lutando e enfrentando regimes autoritários, talvez o ser humano esteja abrindo seus olhos para captar outras visões sobre ele mesmo e outras formas de se relacionar com o mundo que o abriga.

A loucura, aqui entendida como um estado momentâneo alterado da psique normal de um ser humano, é uma questão histórica e, portanto, cultural e social mais ampla e não somente uma preocupação médica ou de correntes psicológicas. “Estar louco” é um conceito social, explica Jung (1998, p. 24). E, por isso, vale a pena, sempre e de novo, debruçar-se sobre seus labirintos e, neste caleidoscópio de imagens e discursos, presenças e ausências, verdadeiros e falsos, correr o risco de emitir novos olhares e de criar novas interpretações, mesmo sabendo que é apenas mais uma tentativa de esclarecimento.

Desta forma, ao pensar na loucura como objeto e fonte histórica, ao mesmo tempo que como detentora de uma rede própria de significados, legitima-se seu imaginário e autentica-se a busca de outras sensibilidades, que dêem conta de um novo olhar sobre esta tão controversa matéria.

A loucura tem muitas definições. De um lado, existem as definições “gerais”, isto é, aquelas que designam aquilo que todos pensam ou aprenderam a pensar sobre ela; pode ser uma designação genérica e popular de toda alteração grave (e muitas vezes duradoura, dizem!) da personalidade. Os loucos podem ser aquelas criaturas “fora da razão”, analogia explícita com os “fora da lei”, sendo a razão, aqui, equacionada com lei.

Mas loucura também pode ser tudo aquilo que é fora do comum ou que não está de acordo com as normas coletivas de uma sociedade. Os loucos são desgrenhados, são “irracionais”, parecem animais, são feios, são lunáticos, vivem em confusão, são “insensatos”. Estas representações respaldaram em muitas sociedades – e o fazem até hoje – práticas sociais e culturais de exclusão.

Genericamente, também, o louco, em muitas culturas antigas, era tido como possuído pela divindade e, por isso, era digno de todo o respeito; em outras, ou em outros momentos, como no medievo, ele seria um possuído pelo demônio e deveria ser excluído, quem sabe até morto.

Outros sinônimos para loucura, não menos “populares” e que percorreram os tempos, são demência, alienação, insânia, excentricidade, imprudência, doença mental.

Mais específicas são, sem dúvida, as “representações-definições” não leigas, isto é, as classificações retiradas de manuais especializados, em geral médicos e psicológicos. Porém, como existem muitas linhas teóri-

cas, autores e grupos especialistas em fazer diagnósticos (como o DSM – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – dos EUA, e o CID10 – *Classificação Internacional das Doenças* – da Organização Mundial de Saúde), é difícil, atualmente, chegar a um consenso com uma só definição. Nosso momento histórico prima pela “superespecialização” das disciplinas, pulverizando mais ainda diagnósticos e definições já complicados por si mesmos. E isto não quer dizer, também, que sejam mais proficuas ou que sejam fidedignas ao estado real de uma psique em sofrimento. Acaso isto serve para minimizar este sofrimento do doente?

Na via da reflexão deste presente trabalho, considera-se a loucura, como já foi dito em outras palavras, a expressão de processos normais perturbados e nunca *entia per se* e rótulos estigmatizantes, sendo possível resgatarmos, historicamente, sensibilidades e representações, desde dentro dos sistemas simbólicos que ela expressa e, ao mesmo tempo, contém. Comparando entre si as “imagens do sensível”, encontradas em textos literários que versam sobre loucura e internações em manicômios, argumenta-se que a doença mental não deve ser entendida como uma patologia estanque que deva ser critério para exclusão social de um indivíduo. Ela comporta elementos criativos que podem dar um outro rumo a uma vida humana e, portanto, a uma sociedade.

A História é uma construção de histórias sobre o mundo; nela, compõem-se enredos sobre o passado: é narrativa. A Literatura, por sua vez, é o registro de alguma coisa que também se passou, na esfera do sensível; é o registro de algo que diz respeito a anseios, sensibilidades, medos, apreensões, percepções sobre o mundo: é também narrativa. A loucura, qualquer que seja sua forma ou diagnóstico, em matéria de seu conteúdo, é a representação dos conteúdos psicológicos de um sujeito, simbolizados em discursos ou imagens: sua manifestação é, portanto, narrativa.

Há muitos escritores e artistas, de todas as épocas, que se preocuparam em relatar estados alterados de seu psiquismo, bem como relatar experiências pelas quais passaram em manicômios. Resgatar-se-iam, em todos estes textos, se fosse possível elencá-los, curiosas e contundentes sensibilidades de outras épocas, sobre questões que sempre foram assuntos de relatos... A literatura, assim como outras artes, é expressão de sensibilidades, por excelência.

É pertinente, neste momento, elucidar o que se entende por sensibilidade, um termo tão amplo e que pode levar a equívocos. Por exemplo, um dos dicionários da língua portuguesa (Dicionário Houaiss) possui 17 para este termo, indo da filosofia à medicina, passando pelas artes e pela física .

Na nomenclatura médica, sensibilidade refere-se à expressão do sistema sensorial humano, ligado aos sentidos, como nós os conhecemos (visão, audição, tato, olfato e gustação), tendo ligação com o sistema nervoso central e medular, através das terminações nervosas, cuja disfunção pode levar à dor.

Sensibilidade é uma velha palavra que teve várias acepções no correr dos séculos. Ligada à expressão de subjetividades, é conteúdo das artes e literaturas. Ela aparece na linguagem ocidental pelo menos desde o século XIV, e seu adjetivo, sensível, precedeu-a um pouco. E, como é natural, seu sentido foi-se modificando conforme as representações coletivas e imaginário de épocas e lugares. Por exemplo, no século XVII, na França, a palavra parecia designar sobretudo “uma certa sensibilidade do ser humano às impressões de ordem moral (sensibilidade ao verdadeiro, ao bem, ao prazer)” (Febvre, 1987). Já no século XVIII, a palavra designava uma certa maneira particular de ter sentimentos humanos: sentimentos de piedade, de tristeza de alegria, etc. Ainda para alguns, a sensibilidade era um estado passivo, relativo às sensações, em oposição à ternura, que estava ligada ao sentimento e era uma atitude ativa.

Poder-se-ia caracterizar este termo, no presente estudo, como tudo o que se refere à “vida afetiva e suas manifestações”, como o fez Lucien Febvre (1987). Ou como Florence Lotterie (1998), em seu livro *Littérature et sensibilité*, que diz que o termo “sensibilidade” aparece em seu estudo como especificamente ligado à pesquisa das práticas culturais do sentimento como recurso documental dos arquivos, mas também das artes e da literatura.

Nas palavras desta autora, a sensibilidade – palavra ambígua – aparece, ainda, como uma “aventura da individualidade”, que se aplica tanto aos estados afetivos, como aos “sentidos”, enquanto meio de percepção. “Mas sobretudo, a etimologia mantém a flutuação entre o domínio do sensível e o domínio do razoável (razoável enquanto razão humana).” (Lotterie, 1998, p. 14).

Porém, mais abrangente para o historiador contemporâneo é a concepção de “sensibilidade”, como a define Pesavento:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do

sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real (Pesavento, 2003, p. 58).

É importante esta conceituação, pois é exatamente a realidade sensível de sua alma que se vê no “delírio” do louco. Para C. G. Jung, um pensador da psique, por exemplo, todas as manifestações da psique são reais, o psíquico é real, pois “real é tudo o que ATUA no ser humano” (Jung, 1998, p. 67).

Para aquela autora, ainda, é este mundo do sensível que incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Em suma,

as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos (Pesavento, 2003, p. 58).

A literatura, por sua vez, é um tipo especial de fonte, pois, entre tantas outras funções, possui o papel de dialogar com o seu tempo, de uma forma ou de outra. Conforme Leenhardt (2004), ela é usada, seguidamente pelos historiadores, para dar existência ao que não é claramente visível, legível, nos documentos habituais.

Embora a vida seja difícil de ser fixada num papel, é na relação da literatura com a história que se pode chegar mais perto destas sensibilidades passadas. E cabe ao historiador, através de seu olhar e de seu questionamento, recriar este passado no presente, dando-lhe um (novo!) significado.

Nada mais justo, portanto, que, nesta reconstrução de um passado “sensível”, se utilizem fontes que balizem este caminho, como as narrativas de ficção literária que, ao mesmo tempo, relatam sensibilidades da imaginação. É a imaginação (loucura) (ex)posta pela imaginação (escrita literária), num movimento dialético que leva ao conhecimento social no tempo e, portanto, histórico, através da narrativa do historiador.

No dizer de Leenhardt:

Olhando-se mais de perto, a literatura de ficção, considerada como documento histórico, desempenha em efeito sobre dois planos: primeiro, aquele da expressão de teses ou idéias por um narrador mais ou menos onisciente.

Neste caso, ele dá uma formulação clara aos discursos que provêm desta cultura, do explícito ao qual o historiador gostaria de permanecer. Por outro lado, ela é o teatro daquilo que faz, realmente, o corpo da ficção: a ação. A ação não é um discurso. É mesmo difícil de reduzi-la ao discurso pois, precisamente, o modo de agir dos personagens do romance permanece infralingüístico, infradiscursivo, submetido a imponderáveis, a contradições, a contingências, a tudo aquilo do qual o discurso tem horror. Eles agem e, entretanto, esta ação tem um sentido! (Leenhardt, 2004).

Três exemplos, dois deles pertencentes à literatura brasileira de 1905 e 1920, e um terceiro encontrado em um prontuário médico de 1937, do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, servem para demonstrar o que se propõe debater².

Através de três gêneros literários distintos, podem-se perceber algumas *sensibilidades* sobre a loucura naqueles que a vivenciaram ou a sentiram muito próxima e/ou somente escreveram sobre ela por serem sensíveis à sua manifestação. Todas as escritas possuem em comum o fato de serem narrativas de personagens que tiveram o diagnóstico de loucura e possuem como seu locus de ação o hospício.

Estas obras são o romance simbolista de Rocha Pombo *No hospício*, publicado em 1905, no Rio de Janeiro³; o *Diário do hospício* de Lima Barreto, inserido na edição de sua obra (romance) inacabada *Cemitério dos vivos*, que relata suas memórias e reflexões durante uma internação no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, entre janeiro e fevereiro de 1920⁴; e as doze cartas de TR⁵, um paciente internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) de Porto Alegre/RS, em 1937, às quais se denominaram *Cartas de hospício*⁶.

Parte-se da constatação de que estes três escritores produziram gêneros literários diferentes, em três momentos históricos diferentes, sob condições de vida diferentes. As obras são bastante distintas, não somente nos tempos em que foram escritas, mas, também, em relação às condições de vida de cada um de seus autores e do lugar de

onde escreveram ou de onde partiram seus escritos. Porém, em seus textos, expressam sensibilidades comuns...

Rocha Pombo (1857-1933), paranaense, foi um historiador-filólogo e um escritor engajado na política da Monarquia e da República. Publicou muitos ensaios e livros durante sua vida, bem como editou jornais e participou de revistas consagradas ao simbolismo brasileiro. Pertenceu à antiga Academia Paranaense de Letras. Embora a crítica daquela época tenha se interessado pouco por este que foi um de seus principais romances, quando de sua publicação em 1905, Pombo foi considerado, ainda vivo, um escritor importante das letras brasileiras. Resgatam-se, com ele, imagens da loucura expressas pela escrita de um literato que nunca passou por internações psiquiátricas ou práticas de exclusão social relativas à loucura.

O segundo autor, Lima Barreto (1881-1922), foi um escritor “maldito” em seu tempo, marginalizado no meio literário “de elite”, muito contestado em sua época e que passou por duas internações em hospício (Hospício Nacional do Rio de Janeiro) devido a seus “delírios” e alcoolismo – embora tenha sido reconhecido, posteriormente, como um dos grandes escritores brasileiros, deixando-nos um legado de vastas e importantes obras literárias. Pobre, descendente de escravos, mulato, alcoolista, louco e muito culto, mas marginalizado em vida por sua literatura – um autêntico *outsider* em sua “literatura militante” –, experimentou profundos sentimentos de rejeição social e familiar. A crítica literária quase nunca lhe foi favorável, em vida, e teve pouco retorno com o que publicou, até sua morte. A crítica mais comum era sobre a mistura que fazia em sua literatura das passagens de sua vida – era uma literatura “autobiográfica”, diziam. De suas sucessivas internações em hospitais e hospício, Lima guardaria sempre a “dolorosa sensação de rebaixamento moral”⁷. Funcionário público e também escritor em jornais e revistas, não fez da política sua paixão, embora muito tenha criticado o Brasil de sua época, em suas crônicas, romances e contos. Sua única paixão revelada era a literatura.

O terceiro autor analisado nestas andanças pelas narrativas da loucura, TR (1903-?), foi um anônimo

² Estes exemplos, aqui apresentados de forma bastante sucinta, são retirados das fontes de pesquisa de minha tese de doutorado, defendida em maio de 2005, no PPG em História da UFRGS, sob o título de *Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos: Brasil 1905/1920/1937*.

³ Utiliza-se a segunda edição da obra, organizada por Afrânio Coutinho e publicada pelo Instituto Nacional do Livro (INL), em 1970.

⁴ Utiliza-se a edição das obras completas de Lima Barreto, publicada pela Brasiliense (São Paulo), em 1956, organizada por Francisco de Assis Barbosa. O nome do livro é *O cemitério dos vivos*, tem prefácio de Eugênio Gomes e inclui como primeira parte o *Diário de hospício* (páginas 30 a 118), que são as notas manuscritas de Lima Barreto, durante sua última internação no Hospício Nacional de Alienados, de dezembro de 1919 a fevereiro de 1920. Numa segunda parte deste volume existe, então, o romance propriamente dito, inacabado, chamado *O Cemitério dos vivos* (páginas 119 a 225). Uma terceira parte do volume compreende o Inventário da biblioteca particular de Lima Barreto, feito por ele mesmo e denominado “Coleção Limana” (páginas 227 a 253). Uma quarta parte foi ainda acrescentada neste volume por seu organizador, chamada Documentos, onde foram colocadas uma entrevista ao jornal A Folha do Rio de Janeiro, durante esta internação de LB, com data de 31 de janeiro de 1920, e uma cópia dos três registros médicos (“Caso Clínico”) de suas duas internações no HNA.

⁵ Opta-se em deixar o nome deste paciente com suas iniciais, pois, por questões éticas, não se pode revelar a identidade do mesmo.

⁶ As cartas manuscritas encontram-se arquivadas no Prontuário médico 7381, de 1937, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, guardado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APRS). O nome dado a este material, *Cartas de Hospício*, foi escolhido por mim no momento da transcrição e digitalização do mesmo, em 1999, durante pesquisa neste arquivo, quando as encontrei. Manteve-se a grafia original.

⁷ Utiliza-se como fonte biográfica de Lima Barreto a obra de Francisco de Assis Barbosa (1952).

qualquer, desconhecido do público leitor, internado em manicômio pela família, porque, dizia, ele gostava muito de ler e escrever. Em sua única internação de que se tem notícia, no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre, por quatro meses do ano de 1937, ele escrevia cartas. Diante destas belas missivas, depreendeu-se que ele queria ser escritor e – é válido ressaltar – tinha vocação para isto.

O conjunto desta correspondência foi conservado em seu prontuário médico – arquivado com milhares de outros no APRS –, para a felicidade de historiadores e pesquisadores, mas para a tristeza deste pobre moço que não sabia que suas cartas não seriam entregues. Algumas missivas eram bastante simbólicas, outras bem realistas e outras até “filosoficamente visionárias”. Nelas encontra-se uma obra desconhecida ainda aos nossos meios acadêmicos e ao público leitor mais amplo. Desde o relato de sua história pessoal, dos conteúdos de sua doença, passando por análises das situações econômica, política e religiosa mundiais daquele período histórico, indo até a exposição de críticas sobre sua internação e sobre a própria Medicina, resgata-se, nos manuscritos de TR, uma fina sensibilidade do autor, não compreendida naquele momento por aqueles de seu entorno – familiares, médicos, enfermeiros e, menos ainda, pela sociedade em geral.

A literatura, como uma portadora fiel de um imaginário que se encontra “do outro lado” do concreto, pode constituir-se numa “narrativa do sensível” fidedigna sobre a loucura, no momento em que mostra a voz do paciente revelada pelo personagem... O “louco”, através de um discurso “não oficial”, mostra o outro lado da realidade. Em outras palavras, existe o discurso oficial, uma “instituição” (leia-se cultura) consciente de normas e padrões a serem aceitos e realizados, e, em contrapartida, existe sempre uma subcorrente de fantasias inconscientes complementares.

A ficção ultrapassa, o que parece certo, a expressão consciente de seu narrador e, bem entendido, de seus personagens. Ela contém, portanto, não exatamente uma mensagem que seria, por definição, consciente e enunciada, mas um signo. A ficção sinaliza para mundos possíveis. A ficção propõe, sob a forma somente potencial de um dever ser e não de um fato, ela abre um horizonte para além do real. Em função desta possibilidade de abertura, desta capacidade de desenhar um mundo, segundo regras que ultrapassam o cotidiano, a ficção adquire um estatuto muito particular, na formulação daquilo que anima os movimentos de fundo da história. Ela não é profética, no sentido dos videntes, que dão o futuro já por assegurado, mas ela é visionária, na medida em que autoriza a organizar o mundo das

ações e dos fins de outra forma para além daquela que existe (Leenhardt, 2004).

É exatamente pelo fato da ficção sinalizar para mundos possíveis, conter nela um símbolo e ser visionária, que se torna possível falar nela como um alimentador do imaginário das sociedades. Ela remete a algo que ultrapassa a formulação consciente de e sobre uma dada época; sendo assim, traz à tona as sensibilidades, mais coletivas do que individuais, mais inconscientes que conscientes, de um determinado momento histórico.

O romance simbolista *No hospício* revela um certo pano de fundo: o sanatório hospeda o protagonista “louco”, Fileto, um rapaz sensível e “filósofo-místico”, levado à internação compulsória pela família, e também o narrador, que se internou aí voluntariamente, a fim de ter a maior aproximação possível com este “louco”, que ele queria conhecer melhor. Isolado em sua “cela”, Fileto escrevia. Escrevia em uma quantidade grande de cadernos, registros estes de cunho pessoal que davam conta de sua vida e do mundo em que vivia, ao mesmo tempo em que mostravam grande capacidade de reflexão filosófica e mística. O autor, utilizando-se de pressupostos da corrente literária a que se filiava, o simbolismo, questiona a loucura e a redimensiona, no espaço crítico que é a psique de um enfermo e o próprio manicômio.

A tarde caía lentamente, lúgubre como os próprios ares do hospício. Naquele instante devia estar a caminho do cemitério o préstito fúnebre... Ah! Sagrado descanso da morte para os que sabem sentir profundo esta penitência da vida! Como devia andar aquele ente sereno e radioso da sua redenção. Quem sabe se será assim... Mas para que estrela te mudaria tu, oh cândida criatura? (Pombo, 1905, p. 226).

Os “ares do hospício” lembram, em muitos textos, este acima descrito... Locais lúgubres, sombrios, úmidos. Poucas descrições os contemplam de forma diferente. Apenas a sensibilidade dos autores, escritores familiarizados com a loucura, é que distribuem nuances nas narrativas sobre manicômios.

No início, eram apenas Sórora Teresa, a irmã de caridade e “enfermeira”, o narrador e Fileto. Três personagens, três vidas que se cruzam e um pano de fundo, o hospício. No começo da história, Sórora Teresa não entendia por que Fileto era um louco ou considerado como tal. A própria família colocou-o lá – como Lima Barreto e TR o seriam e, sem dúvida, tantos outros também... Mas por quê? Ela não compreendia...

“Para não envergonhar a família”, conta ao narrador. Família rica e nobre. Estranha maneira de tratar um

filho, diz Sórora Teresa. Pois se ele era considerado louco apenas porque caminhava pelas ruas a esmo, estudava muito e não se trajava como a família gostaria, então ela pedia que lhe explicassem que loucura era esta.

Na história manicomial brasileira, a hospitalização dos considerados loucos atendeu a reclamações deste gênero, isto é, contra seu trânsito pelas ruas. Relata Tácito Medeiros (1977, p. 5) que, já em 1835, o doutor J. F. Sigaud publicou um artigo no *Diário de Saúde* contendo reflexões acerca do “livre trânsito dos doidos pelas ruas da cidade” do Rio de Janeiro, onde dizia: “[...] a classe desgraçada dos loucos [...] embuçados com grotescos andrajos, excitam as risadas dos viandantes [...] ou a torrente de grosseiras injúrias e ridículos epítetos”.

Parece claro que os cidadãos loucos eram punidos pelo mal-estar que causavam e não pelos sintomas que apresentavam. Era inconveniente o trânsito destas pessoas pelas ruas, e seu recolhimento a “gaiolas humanas, postas na vizinhança de um cemitério e por baixo de enfermarias ajoujadas de doentes”, suscitava novos problemas (Medeiros, 1977, p. 8).

Foram criados, então, hospícios, mas que tiveram, como se pode ver, a mesma função das prisões e “gaiolas de loucos”. Rocha Pombo escreveu seu romance em um momento em que os manicômios brasileiros estavam quase todos erigidos, inclusive com população acima daquela programada. Sua “sensibilidade” de escritor-historiador fez com que descrevesse a prática de exclusão que ocorria na sociedade, que, se não era mostrada explicitamente – uma vez que já havia hospícios –, era então constituinte, em sua forma implícita, do seio das famílias.

“Mas era só isto que ele fazia: só vagueava pelas ruas?”, perguntou o narrador a sóror Teresa. “Só, é exato... mas a questão é que ele saía mal trajado, e muitas vezes dizem que as irmãs o encontravam assim, e voltavam chorando para casa... as coitadinhas... Afinal a família cansou e o remédio foi este – entregá-lo ao hospício. Ao menos aqui ele não sofre e não envergonha a família...” Fica explícito neste parágrafo do texto que a exclusão servia à família. Porém, um paradoxo estranho é aí colocado: não “envergonhando a família”, Fileto não sofria. Sendo assim, o hospício passa a ser, ou aparece como, um “bom lugar” ao louco, onde este escapa, ele também, das incomodações e críticas familiares.

Eis uma outra passagem da obra em que o narrador, após entrar no hospício como um “falso paciente”, reflete sobre o ato de “estar louco” diante dos olhos dos outros:

Estranho! Mas, não se imagine que me foi muito difícil fingir os desequilíbrios, que atestam a loucura. Ser louco é o que há de mais fácil no mundo. Parece que quando penetrei naquela casa, conduzido por um amigo, já eu

não era o mesmo homem, que ali costumava ir são: tudo em mim – o meu andar, a minha voz, os meus gestos, o meu olhar – tudo era de um verdadeiro louco. Creio que se dava em mim um fenômeno muito fácil de ser constatado por qualquer pessoa inteligente, que o deseje. A certeza de que o médico me tinha por louco mudara inteiramente o meu moral e todo o meu ser...

Demais, eu me senti logo tão bem no meu novo papel... Se eu falava, o médico me ia escutando com tanto interesse... Eu podia dizer as coisas mais leais, mais finas, mais altas... Podia discutir moral, religião, ciências exatas e afirmar as coisas mais belas ou mais absurdas... Podia mostrar-me bem materialista e ateu, ou fazer-me beato e infinitamente místico... Podia revesar palavras tímidas ou gritar como um possesso... – Tudo que eu fizesse era de doido... Podia zangar-me, ser brusco, ir até a insolência... Podia fazer críticas irreverentes ao nariz do doutor, chamá-lo de ilustre ou de besta, pedir-lhe um cigarro ou mandá-lo às favas... – tudo me era permitido. Oh! Que vida deliciosa! Eu chorava, eu ria à vontade, sem que ninguém se importasse com a minha gargalhada ou com o meu pranto (Pombo, 1905, p. 38).

Os indícios de uma certa representação da loucura, para o autor, tornam-se explícitos nestas linhas. Para ele, “fingir os desequilíbrios que atestam a loucura” está diretamente relacionado ao aval do médico, isto é, a subjetividade do narrador foi transformada assim que colocada em relação com a outra subjetividade, mais “poderosa”. O que o personagem expressa é a certeza de que se o “douto”, detentor do saber e do poder de avaliação, tinha-o como louco, então assim ele procederia espontaneamente! A frase “A certeza de que o médico me tinha por louco, mudara inteiramente o meu moral e todo o meu ser...”, mais do que um expediente literário revela a sensibilidade do autor para o fato do quanto a autoridade médica, neste período da história brasileira, já era sentida como forte e detentora de um poder sobre os diagnósticos da psique humana.

Embora, possamos inverter esta “verdade” ao perguntar: mas, se o narrador não era “louco”, apenas fingia ser um, como foi que o médico não o percebeu? Fingir ou ser provocaria a mesma representação no imaginário da Medicina? Estaria, assim, a Medicina da época segura de seus diagnósticos? Não seria isto uma crítica velada aos psiquiatras, nos mesmos moldes em que Lima Barreto e TR a fizeram explicitamente em seus escritos de hospício? Ou mesmo uma certa denúncia sobre as práticas de exclusão da loucura, simulando uma, isto é, fazendo seu personagem passar-se por louco, sofrendo as agruras de uma internação manicomial?

Há um outro momento do romance que é um dos mais explícitos em relação às críticas do próprio autor sobre a exclusão da loucura e o poder que a instituição e a sociedade detêm sobre ela. Ao mesmo tempo em que ele se utiliza de argumentos que fazem desvanecer os limites entre saúde e doença, manipulando, por exemplo, seu discurso ao diretor manicomial e dando um diagnóstico “literário” ao narrador sadio (este sofria, segundo o diagnóstico médico deste hospício hipotético, de “monomania literária”), ele também identifica este a um doente que é submetido ao saber médico onipotente nestes casos.

Rocha Pombo tanto usa nomenclatura coerente àquela da época, para caracterizar os loucos como a sociedade o fazia, “loucos inofensivos”, como faz também a crítica ao poder absoluto que a Medicina intenta ter sobre eles, reclamando aquilo que a sensibilidade de todos os “loucos” reclama, ou seja, a falta de liberdade concedida a estes para serem donos de seus destinos.

Bom, pelo menos havia lógica na inconsciência do pedante [do médico]. Somos afinal uns doidos inofensivos, que não reclamam nenhum rigor do regime. É exatamente a única coisa que nos interessa. O que nós ambos queremos é passar naquele retiro sem que nos incomodem. Uma vez que não temos direito algum desde que nos encontramos com a sapiência dos doutores que regem o nosso destino, e que dispõem, como árbitros supremos, da nossa vida, o que há de mais razoável é acomodar do melhor modo a nossa loucura com as contingências em que a sorte nos pôs (Pombo, 1905, p. 70). [Os grifos são meus].

A sensibilidade indignada do narrador frente ao sofrimento alheio é aguda, sendo um dos fatores que predispõe ao que se aponta ser o “esfacelamento” da fronteira entre saúde e doença, nesta ficção, pois só sendo doente num lugar daqueles para não sofrer com a doença do outro.

Eu sentia, portanto, uma necessidade de prece, para redimir-me daquela imensa culpa de não ser também um desgraçado como os loucos que ali estão. A dor de não sofrer no meio dos que sofrem é horrível! Antes daquela fase da minha vida, nunca poderia eu acreditar que num hospício a gente chegasse a aspirar a demência... E no entanto, quem me diz que no fundo desta caridade estranha que ali se desperta em nossa alma não

haverá, dissimulado, o mais monstruoso dos egoísmos? Sim: porque os loucos talvez não sofram como os que vêem sofrer aos loucos... (Pombo, 1905, p. 127). [Os grifos são meus].

“É assim, a tristeza dos homens”, completa.

Embora sendo uma obra de ficção, seus conteúdos assemelham-se a algumas vidas reais que foram enclausuradas em hospício, como no caso do paciente TR. Este, que também foi internado à revelia por sua família, filosofava encostado a uma latrina, escrevendo em papéis muitas vezes sujos, para dar vazão à sua criatividade e pensamentos que discutiam sua própria “loucura”. TR era apenas um louco, para o seu meio social, mas com desejo de ser escritor e, assim, “deixava aparecer”, em suas cartas, a expressão criativa do inconsciente, sua “imaginação criativa”.

As *Cartas de hospício* do paciente TR formam uma espécie de “diário íntimo” do autor, nestas precárias condições de permanência “em clausura”⁸. Consideradas pelos médicos de então como delírios e sintomas da doença mental que o afligia (*parafrenia*, na nomenclatura da época, ou seja, sofria de uma síndrome de delírios crônicos), são muito mais do que isto, pois constituem-se em confidências pessoais, reflexões que mostram tanto o problema que afligia este indivíduo em particular, como aqueles pelos quais estava passando a humanidade, naquele período histórico. Sua lucidez transparece nos “versinhos rudes” e no conjunto de sua missiva, como neste trecho: “[...] atestando o meu estado de hyper-excitação nervosa, que claramente transparece naqueles versinhos rudes, pelo facto de reviver dias amargos e estar actualmente adoentado e em tratamento achando-me sob o açoitado da medicina que desequilibra para equilibrar [...]”.

Três excertos da carta número 11 chamam a atenção para seu conteúdo, que transita entre o simbólico e o “realista”. Ela foi a última da cronologia escrita dentro do hospital e possui o título, dado pelo próprio paciente, de “Meditações e previsões sobre o futuro”. Nela está apresentada a noção, existente no imaginário de médicos e da sociedade (aqui representada pelos familiares de TR), de que ler demais enlouquecia. Corrobora este seu pensamento o fato de seu pai e irmão, na baixa hospitalar, terem referido isto ao médico, isto é, que TR lia e escrevia muito em casa e isto era um dos sinais de sua “loucura” e de seus delírios⁹.

⁸ A partir da análise de toda sua correspondência de hospício, material este sobre o qual me debruço desde 1999 e que foi contemplado tanto na pesquisa de mestrado como na de doutorado, foram traçados alguns aspectos de sua biografia. O “fato psicológico” que possivelmente originou sua crise psíquica transpareceu nestas cartas como sendo uma relação sexual (e quiçá amorosa) com um padre da Igreja Católica. Porém, não é finalidade deste artigo entrar nestas outras considerações.

⁹ Esta afirmação dos familiares aparece nas anotações médicas que constam no prontuário acima referido.

Meu pae esteve aqui me visitando no sabbado passado. Eu querendo conseguir mais liberdade em casa, disse-lhe em resposta a sua pergunta se já tinha deixado a mania de escrever que se era loucura porque não me deixa esta. Foi quanto bastou para que pouco depois sabisse... [re]almente se despediu de mim. Para mim acho que esta contrariedade até é uma vantagem, pois que tenbo notado, quando me incomodam, tenbo até mais inspiração. É verdade que as vezes desanimo um pouco e não faltava muito me convencer da minha loucura... (TR, 1937, carta 11).

Um pouco antes, nesta mesma carta, há uma lúcida crítica, dentro de seu “delírio”, sobre a situação do mundo, e TR arrisca, então, uma “previsão” sobre o futuro:

Se o mundo continuar nesta marcha a hecatombe universal é inevitável. Uns devorarão aos outros, como lobos famintos... Vianna Moog disse: “No Brasil tudo muda, ninguém se entende e tudo vai bem!” O que se dá no Brasil dá-se com a maioria dos paizes. Nem o facismo, nem comunismo, nem ismo nenhum dará ao mundo a prosperidade se os povos não se convencerem de seu egoísmo. Comunismo e facismo não passam de um jogo passa-tempo. Onde surge o comunismo surge o anticomunismo. Onde surge o nazi e o fasci surge o adversário. Poderão nascer destas “creanças” quantas quizerem, nada adiantará... O Brasil deve e está deixando de coxilar naquella confiança inerte de que amanhã descobriremos um homem que pagará as dívidas do paiz, com seu bom governo. No Brasil tem de tudo menos união, e somente esta poderá salvá-lo de sua ruína completa. Deus foi brasileiro e ainda é, [...] (TR, 1937, carta 11).

Revedo o passado de nosso país, e vendo como ele e o mundo estão hoje, será que poderíamos considerar delírio esta análise de um “louco do hospício”?

Ele tem, ainda, a noção clara de seu papel enquanto um “pequeno escritor”, não reconhecido publicamente, mas ao mesmo tempo tendo suas idéias aceitas pelo “meio literário e autoritário” de seu país.

Aproveito ainda a estadia aqui no hospital para escrever algumas idéias e considerações porque sei estas estão tendo boa aceitação junto ao meio literário e autoritário do meu país por partirem de quem tem relativamente pouca cultura. Admiro-me as vezes que ainda há pessoas que me olham como quem está deparando com o milagre do século. Ora sabemos que destes pequenos milagres há milhões mundo afora, mas que não tem a petulância de se prevalecer da bondade

e paciência de seu proximo como faço eu. Continuarei apesar, a escrever sei que contribuo com as minhas modestas linhas para a obra dos que pensam com sensatez nos problemas da atualidade mundial... Se os pequenos pensam como os grandes é signal seguro de que ambos estão certos. Disse que escreveria enquanto estou aqui porque em casa não poderei fazê-lo, devido que pae mãe esposa irmãos se anteporem a mim como uns endemoniados por julgarem que estou louco (TR, 1937, carta 11).

No hospício pode relacionar-se, também, em conteúdo, às memórias de Lima Barreto, cuja hospitalização também foi compulsória. Ele reflete sobre isto desde dentro do manicômio em que viveu alguns meses de sua vida e de onde esboçou um de seus mais contundentes romances. Lima, mesmo criticado, não deixou de fazer literatura, de tal forma excelente que seu *Diário do hospício*, suas “memórias de hospício”, deram origem à obra que, postumamente, foi reconhecida e louvada. Escrito em 1920, dentro de um manicômio e em um momento efervescente para a psiquiatria brasileira, o diário revela, também, idéias surpreendentes, para a época, sobre loucura e sua disciplina médica. E o hospício, a casa do louco por excelência, espaço “privilegiado” construído em nossa sociedade para abrigá-lo, retê-lo, excluí-lo e quiçá curá-lo, ofereceu-se à decifração, para além de seus muros... ou por dentro da alma deste “louco escritor”...

Lima Barreto escreve já no século XX, e o hospício em que se encontrava havia sido construído no século XIX – aliás, o Hospício Nacional de Alienados é o nome republicano dado ao primeiro manicômio fundado no Brasil, ainda no Segundo Império, em 1852, e que, na época, homenageando seu imperador, foi chamado de Hospício Pedro II – e, portanto, possuía as características almeçadas daquele período: ser longe de uma zona populacional densa e ser perto da natureza. Mas, aos olhos do escritor, o que importava era o que ele via ou sentia.

Na internação de 1919, que viria a ser a última de sua vida, Lima vagueou por diversas alas-dormitórios do HNA, começando pela de indigentes, até parar na Calmeil, que aos seus olhos era melhor, pois nela havia uma biblioteca.

Ao descrever o hospício que o hospedou em alguns meses de sua vida, parecia estar mostrando este personagem com as características que somente um “poeta” poderia mostrar. Ou então, era com os olhos de escritor que tentava minimizar a dor que sentia.

Observe-se o que ele mesmo disse nesta narrativa, trazendo à luz em sua memória o momento em que vai “passear” com um dos funcionários pela chácara do hospício:

É muito grande e, apesar de estiolada e maltratada, a sua arborização devia ter sido maravilhosa. Os ricos de hoje não gostam de árvores...

O hospício é bem construído e, pelo tempo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. As salas são claras, os quartos amplos, de acôrdo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul desta linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarescível beleza, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais... Lá entra por ela adentro uma falua, com velas enfunadas e sem violentar; e na rua embaixo passam môças em traje de banho, com as suas bacias a desenharem-se nítidas no calção, até agora inúteis (Barreto, 1920, p. 38).

Como entender esta relação que se estabeleceu entre um cômodo de hospício e a encantadora luz azul da enseada de Botafogo? Note-se que o aspecto de prisão do hospício não deixa de ser apontado. Como entender o que se passa na alma sensível de um escritor? Quando descreve esta “paisagem”, Lima já está internado na secção Calmeil, onde havia pedido para permanecer, pois era lá que havia a biblioteca... Relata, mais adiante, que havia mais oito pacientes com ele neste “quarto”.

Algumas páginas antes, Lima havia escrito sobre a secção de indigentes, onde ficou logo de sua chegada: “O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par.”

Ambos os relatos são de 4 de janeiro de 1920, 11 dias após sua internação, e são as primeiras linhas que escreve em seu diário. Ele começa esta narrativa assim: “Estou no hospício, ou melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra aqui pelas mãos da polícia.”

Foi em uma entrevista concedida ao periódico *A Fôlha* do Rio de Janeiro, realizada dentro do próprio manicômio da Praia Vermelha e publicada em 31 de janeiro de 1920, que Barreto descreveu o hospício como uma prisão “como outra qualquer, com grades e guardas severos que mal nos permitem chegar à janela”, e, afinal, a liberdade é a maior ventura para o ser humano! (Barreto, 1920, p. 257). Para o hospício, ele nunca mais voltaria, prometeu, e assim aconteceu. A expressão “cemitério dos vivos” nasceu durante esta última internação, após dizer: “Estou seguro que não voltarei a ele (HNA) pela terceira vez; senão saio dele para o São João Batista, que é próximo.”

Em que o hospício narrado de Lima difere daquele “real” aos olhos dos documentos tradicionais? Foi sua

sensibilidade de escritor que deu uma outra coloração a este “personagem” centenário de nossa história?

Para Barreto, ainda:

Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição das rezas, exorcismos, bruxarias, etc..., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o seqüestro. [...] Aqui no hospício, com as suas divisões de classes, de vestuário, etc, eu só vejo um cemitério: uns estão de carneira e outros de cova rasa. Mas, assim e assado, a Loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis (Barreto, 1920, p. 76).

Qualquer um deles – seja Fileto, do romance de Rocha Pombo, ou Lima Barreto e seu *alter ego* Mascarenhas, de *Cemitério dos vivos*, ou ainda o “escritor engavetado” TR, em suas *Cartas de hospício* – vive e age neste espaço, o hospício, no tempo do romance. Sendo pessoas, reais ou fictícias, carregam traços, marcas, de uma temporalidade e de uma sensibilidade única, particular, que remete o historiador a nuances até então desconhecidas.

Nos três exemplos citados, é no limite da ficção, onde as “marcas de sensibilidade” surgem na narrativa como a subjetividade do sujeito do ato histórico, remetendo para a interioridade do próprio texto, que a literatura se torna fonte privilegiada para a construção de um relato histórico sobre uma certa sensibilidade surgida no passado.

Introduz-se, aqui, a noção de “marcas de sensibilidade” como complemento indispensável àquela de Pomian (1989) de “traços” ou “marcas de historicidade”, que ele caracteriza como os elementos que remetem para “fora” do texto. Para ele, toda narrativa histórica comporta elementos, signos ou fórmulas que devem conduzir o leitor para fora dela própria, apontando em direção a uma realidade exterior a esta narração mesma, conferindo-lhe, assim, o estatuto de “histórico”.

Porém, “marcas de historicidade” possuem, em seu bojo, aquelas “marcas de sensibilidade”; elas não se excluem, e sim se complementam, pois as marcas sensíveis, subjetivas, estão presentes nas marcas objetivas da materialidade do texto.

A literatura, assim, tornou-se um tipo especial de fonte para buscarmos entender algumas sensibilidades que ficaram nas entrelinhas da história, pois, entre tantas funções, possui o papel de dialogar com o seu tempo, com a época de sua escritura, sendo usada por historiadores para dar existência ao que não é claramente visível, legível, nos documentos habituais.

As sensibilidades dos doentes, personagens e escritores, através destes breves exemplos que foram mostrados

aqui, cotejadas às práticas institucionais de exclusão – que incluem as complexas sistematizações dos saberes médicos e seus compêndios classificadores – fazem-nos perguntar que psiquiatria é esta que, ao excluir, homogeneiza condutas e pensamentos humanos em teorias a respeito do doente, não vendo a especificidade de cada ser humano e, mesmo, de cada história de vida? Não enxerga a pessoa, e sim o diagnóstico. Não percebe sua inteligência, mas sim o delírio – estes “estilhaços do pensamento”, como os chamava o inteligente Lima Barreto –, que, em seus conceitos, é a alteração desta mesma inteligência.

Esta rigidez e homogeneização no tratamento dispensado aos conteúdos das doenças também levavam a uma arbitrariedade dos poderes socialmente estabelecidos, no que dizia respeito às internações. “Pouco importa a postura assumida pelo indivíduo ao ser internado num hospício, pois seja ela qual for, será sempre um sintoma de doença mental” (Engel, 2001, p. 94).

Note-se, ainda, que, no viés interpretativo deste trabalho, não se utiliza a literatura para fazer diagnósticos de distúrbios mentais e perpetuar a noção médica de que os escritos dos loucos revelam sua doença. Supõe-se, ao contrário, que os olhos do historiador hão de achar novas questões e respostas – mesmo que parciais e relativas – para o sofrimento psíquico (e suas manifestações) destes considerados doentes. Permite-se, aqui, recolocar perguntas, inverter padrões, rerepresentar as narrativas. Afinal, não importa o sentido que se dê, parece que a “sensibilidade” sempre se portou como um caminho de conhecimento, uma contribuição específica da atividade do espírito humano.

Referências

- BARBOSA, F. de A. 1952. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 406 p.
- ENGEL, M.G. *Os delírios da razão – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, 2001.
- FEBVRE, L. 1987. La sensibilité et l’histoire: comment reconstituer la vie affective d’autrefois? In: R. CHARTIER ; G. DUBY e L. FEBVRE (orgs.), *La sensibilité dans l’histoire*. Brionne (France), Gérard Monfort, p. 95-111.
- JUNG, C.G. 1998. *A vida simbólica*. Petrópolis, Vozes, 472 p.
- LEENHARDT, J. 2004. As luzes da cidade – Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: S. PESAVENTO (org.), *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru, EDUSC, p. 147-164.
- LOTTERIE, F. 1998. *Littérature et sensibilité*. Paris, Ellipses, 143 p.
- MEDEIROS, T. 1977. *Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado. Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 165 p.
- PESAVENTO, S.J. 2003. *História & História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 130 p.

POMIAN, K. 1989. Histoire et fiction. *Le Débat*, 54:114-137.

SANTOS, N.M.W. 2005. *Histórias de vidas ausentes : a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental*. Passo Fundo, Editora da UPF, 200 p.

Fontes

BARRETO, L. 1920/1956. *Cemitério dos vivos*. São Pulo, Brasiliense, 295 p.

POMBO, R. 1905/1970. *No hospício*. Rio de Janeiro, INL, 325 p.

TR 1937/2005. Cartas de Hospício. [48 p.] In: N.M.W. SANTOS, *Histórias de sensibilidades: espaços e narrativas da loucura em três tempos; Brasil 1905/1920/1937*. 2005. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 379 p., 2 vol. Tomo II, Anexos, 384 p.